

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS – INEST
MBA PARA O CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE SYLVIO DE CARMARGO
CIASC – MARINHA DO BRASIL

GUILHERME POLAK TABOR

**RAZÕES PARA A ARGENTINA EMPREGAR O PODER MILITAR NA GUERRA
DAS MALVINAS**

RIO DE JANEIRO - RJ
2021

GUILHERME POLAK TABOR

**RAZÕES PARA A ARGENTINA EMPREGAR O PODER MILITAR NA GUERRA
DAS MALVINAS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil), como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

RIO DE JANEIRO – RJ

2021
Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações
Internacionais

**RAZÕES PARA A ARGENTINA EMPREGAR O PODER MILITAR NA GUERRA
DAS MALVINAS**

Aluno: Guilherme Polak Tabor

Avaliadores

Avaliador: Prof. Dr. Vagner Camilo Alves

Avaliador: Prof. Dr. Bruno Pessoa Villela

Acima de tudo agradeço a Deus por esta realização. Dedico este trabalho à minha esposa, Rafaela, por sempre estar comigo nos momentos difíceis, me motivando para superar os obstáculos. Dedico também a meus pais, Cléia e Gilberto, e minha irmã, Fernanda, que sempre me deram a base para que eu pudesse conquistar meus sonhos.

RESUMO

Este trabalho, através de uma revisão bibliográfica, visa entender as motivações e razões políticas que levaram, em 1982, o desencadeamento da Guerra das Malvinas pelo regime militar argentino, liderado pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli, procurando esclarecer os motivos políticos que levaram a Argentina a empregar o poder militar na conquista das Ilhas. Será analisado o processo de tomada de decisão, por parte do regime argentino, em realizar ação militar em território sob posse do Reino Unido, buscando suas motivações de acordo com o conceito de Interesse Nacional, nos marcos da teoria construtivista.

Palavras-Chave: Malvinas, Falklands, guerra, motivações, razões.

ABSTRACT

This work, through a bibliographical review, aims to understand the motivations and political reasons that led, in 1982, the outbreak of the Malvinas War by the Argentine military regime, led by General Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli, seeking to clarify the political reasons that led Argentina to employ military power in the conquest of the Islands. The decision-making process by the Argentine regime to carry out military action in territory under the possession of the United Kingdom will be analyzed, seeking its motivations according to the concept of National Interest, within the framework of constructivist theory.

Keywords: Malvinas, Falkland, war, motivations, reasons.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixa da torcida do River Plate fazendo menção às Malvinas.....	09
Figura 1 – Localização geográfica das Ilhas Malvinas.....	11
Figura 2 – Ilhas Malvinas (" <i>Falkland Islands</i> ")	13
Figura 4 - Proximidade das Ilhas Malvinas com o continente Antártico.....	21
Figura 5 - Inflação argentina no período de janeiro de 1970 a janeiro de 1983.....	27
Figura 6 - General Leopoldo Fortunato Galtieri.....	28
Figura 7 - Cartaz com o slogan dos conservadores nas eleições gerais de 1979.....	31
Figura 8 - Davidoff e outros trabalhadores desembarcam em Grytviken do navio argentino "Bahía Buen Suceso".....	33
Figura 9 - Militares britânicos sendo revistados por forças argentinas.....	35
Figura 10 – Militares britânicos sendo revistados por forças argentinas.....	35
Figura 11 - Discurso do General Galtieri em 2 de abril de 1982 sobre a recuperação das Malvinas.....	36
Figura 12 - Naufrágio do Cruzador argentino General Belgrado, ocorrido em 2 de maio de 1982.....	37
Figura 13 – Comparação das Forças argentinas e britânicas durante a Guerra das Malvinas.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS ILHAS MALVINAS	11
3	CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO	25
4	A GUERRA DAS MALVINAS	33
5	ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	40
6	CONCLUSÃO	51
7	BIBLIOGRAFIA	53

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia visa entender as motivações e razões políticas que levaram, em 1982, o desencadeamento da Guerra das Malvinas pelo regime militar argentino, liderado pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli, contra o Reino Unido. Sendo a última guerra travada em solo Sul-Americano, com a participação de um país de fora deste continente, o entendimento dos fatores políticos e motivações que culminaram na Guerra das Malvinas é essencial para evitarmos um próximo conflito na região.

As Ilhas Malvinas, também chamadas de *Falkland Islands* pelos britânicos, foi palco de disputas desde o seu descobrimento. Ainda existem dúvidas, por parte da comunidade científica, em atribuir quem exatamente descobriu esta região. O Reino Unido afirma que a descoberta das ilhas foi fruto de uma expedição financiada pelo governo britânico. Já a Argentina declara que herdou o arquipélago dos espanhóis, logo após sua independência, entre 1810-1818 (LIMA, 2019). O fato da proximidade de seu território com as Ilhas Malvinas justifica, também, segundo a análise argentina, a posse desta região para os argentinos.

Além de apresentarem fortes indícios de presença de petróleo, fato que desperta interesse econômico na região, as Ilhas Malvinas são consideradas uma região militarmente estratégica, principalmente por possibilitarem apoio logístico e aéreo sobre o continente Sul-americano. Esse valor estratégico é reforçado devido a sua proximidade à região Antártica, onde se desenvolvem várias pesquisas científicas. Aliado ao “rancor histórico” dos argentinos em não deterem a posse das Ilhas e, ao fato desta região ser considerada altamente estratégica, as Ilhas Malvinas são, para a Argentina, um objetivo nacional permanente e irrenunciável do país.

Utilizando-se os conceitos de Carl Von Clausewitz, em que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, o foco da pesquisa é identificar as razões e os motivos políticos pelos quais a Argentina optou por uma intervenção militar para assumir o controle das Ilhas, com o objetivo de conhecer o passado como fonte de ensinamento. Para atingir este objetivo será realizada análise do processo de tomada de decisão, por parte do regime argentino, que culminou na ação militar. As hipóteses levantadas, que motivaram esta decisão, são analisadas por diversos

autores, entre eles, na ótica construtivista, por Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse-Kappen, e, na ótica do conceito de Interesse Nacional, conforme MONETA (1984). Na conclusão será verificado se as hipóteses iniciais foram confirmadas.

Para isso, deverá ser entendido, previamente, os fatores históricos que justificam a demanda da posse das Ilhas Malvinas pelos argentinos e aspectos importantes da geografia local que apresentam valor estratégico. Posteriormente, deverá ser entendido qual o contexto político e econômico das duas potências que disputavam a região, possibilitando entendermos outros fatores que contribuíram para a tomada da decisão por parte dos líderes argentinos. Serão utilizadas as cronologias históricas de diferentes autores, destacando-se as descritas por MIDDLEBROOK (2012), DUARTE (1986) e FREEDMAN (2004).

No período analisado a Argentina encontrava-se em um Regime Militar (1976-1983), tendo como líder durante o período o general Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli. Além de um período ditatorial, a Argentina vivia também crise econômica desencadeada pela crise do petróleo, aumento do protecionismo europeu e pela elevação da taxa de juros americana de 8% para 21,5%. O panorama global era de perda do controle inflacionário nos países latino-americanos e de uma pequena recessão global. Em virtude desta crise, o governo ditatorial argentino perdia gradativamente a confiança da população. Esse cenário mundial afetou também a economia britânica, tendo a Primeira-ministra Margareth Thatcher enfrentado vários movimentos sindicais que ameaçavam o desenvolvimento econômico de seu país. Estas dificuldades enfrentadas pelo governo britânico eram terreno fértil para que a ditadura de Galtieri se aproveitasse do momento para levar vantagem sobre o Reino Unido. Deste modo, a presente monografia trabalha, inicialmente, com a hipótese de que, buscando melhorar a imagem de seu governo e visando aumentar seu apoio popular, o general Galtieri buscou, através de uma ação militar, inflar o nacionalismo e orgulho argentino, conquistar apoio popular para consolidação de seu poder, de modo a retirar de foco a grave crise econômica que marcava seu governo. O presente trabalho propõe também que o líder argentino, após analisar o cenário político e econômico britânico, acreditou que aquele seria o momento ideal para uma abordagem mais ofensiva sobre as Malvinas. Medidas de descomissionamento de unidades da Royal Navy contribuíram neste cenário, de modo que a percepção da Argentina era a de menor capacidade e interesse britânico sobre as ilhas. Além disso, a proximidade diplomática da Argentina com os EUA, em especial sua política

externa na América Latina, sugere que os argentinos acreditaram que os americanos atuariam com imparcialidade e benevolência em uma eventual crise argentino-britânica. Aliado a estes fatores, e se aproveitando do baixo apoio popular no início de seu governo, Galtieri descreditou que a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-ministra britânica empregaria a força militar para a retomada das Ilhas.

Até os dias de hoje é possível perceber o ressentimento e uma crescente agressividade por parte dos argentinos pela questão das Malvinas. Inúmeras são as manifestações por parte dos argentinos pela posse das Malvinas. Um exemplo desse ressentimento ocorreu durante jogo do time de futebol argentino River Plate, onde os torcedores exibiram cartaz queimando bandeiras britânicas e com a palavra “Voltaremos”, em referência as Ilhas Malvinas (ver Figura 1).

Figura 3 - Faixa da torcida do River Plate fazendo menção à Região das Malvinas, onde soldados argentinos queimam bandeiras britânicas e chilenas. Como o Chile ajudou os britânicos na guerra, os argentinos consideram o ato traição.



Fonte: <<https://mobile.twitter.com/OCantoOficial/status/1311543468632793088>>

Conforme já mencionado, de posse dos conhecimentos que levaram a guerra no passado, teremos condições de analisar os fatores essenciais que a desencadearam, com o objetivo geral de diminuir a possibilidade de um futuro

conflito na região. Para atingirmos o objetivo principal é necessário a compreensão dos seguintes objetivos intermediários:

- 1) Analisar o contexto histórico da ocupação das Ilhas Malvinas;
- 2) Analisar o contexto econômico e político Argentino no período anterior à Guerra das Malvinas;
- 3) Analisar o contexto econômico e político Britânico no período anterior à Guerra das Malvinas; e
- 4) Analisar e identificar o estopim que levou ao início do conflito armado.

O presente trabalho dividir-se-á em sete capítulos. O primeiro capítulo será uma introdução ao tema, demonstrando a importância e a motivação do presente trabalho, apresentando as hipóteses básicas que explicam a tomada de decisão por parte do governo argentino. O segundo capítulo analisará os antecedentes históricos pertinentes que justificam a posse das Ilhas Malvinas pelas duas nações. O terceiro capítulo descreverá o cenário político e econômico argentino e britânico precursor à Guerra das Malvinas, fatores essenciais para a análise das razões em empregar o poder militar na guerra. O quarto capítulo descreverá, de modo sucinto, o desenrolar da Guerra das Malvinas, de modo que, analisando seus efeitos, possamos também entender suas causas. O quinto capítulo abordará o processo de tomada de decisão, por parte do regime argentino, em optar pela realização de uma ação militar nas Ilhas Malvinas, buscando suas motivações de acordo com o conceito de Interesse Nacional, nos marcos da teoria construtivista. Por fim, no capítulo seis, será verificado se as hipóteses iniciais foram confirmadas e, finalmente, no capítulo sete, será citada as referências bibliográficas.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS ILHAS MALVINAS

As Ilhas Malvinas, também chamadas Ilhas Falkland (em inglês: *Falkland Islands*) são um arquipélago britânico localizado no sul do oceano Atlântico, na plataforma continental da Patagônia. O arquipélago é composto por duas principais ilhas, Malvina Ocidental (*West Falkland*) e Malvina Oriental (*East Falkland*), e outras 778 ilhas menores, totalizando uma área de 12.173 km². Seu nome deriva de Falkland Sound, nome dado ao canal situado entre as duas ilhas principais, pelo Capitão John Strong, que em seu navio *Welfare*, passou vários dias nas ilhas em 1690. As Ilhas são consideradas como um território britânico ultramarino, tendo governo próprio, onde o Reino Unido assume total responsabilidade pela defesa e relações internacionais do território. A capital é a cidade de Stanley, localizada na Malvina Oriental, e abriga cerca de três quartos da população. Fora da capital o terreno é disposto basicamente por fazendas e assentamentos espalhados por todo arquipélago.

Figura 4 – Localização geográfica das Ilhas Malvinas



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Malvinas>

As Ilhas Malvinas estão situadas no Atlântico Sul, a cerca de 643 km da Argentina e 1.367 km ao norte do Círculo Antártico, entre a latitude 51° e 53° S e a

longitude 57° e 62° W. A população de 2.563 habitantes é constituída principalmente por nativos das ilhas, a maioria de ascendência britânica. Segundo dados oficiais, a base de sua economia é a pesca. Além deste, é possível destacar como setores chave da economia, o turismo, a agricultura, o programa de exploração de hidrocarbonetos e o setor de negócios. A exploração de petróleo, licenciada pelo Governo das Ilhas Malvinas, permanece controversa, como resultado de disputas marítimas com a Argentina. O Produto Interno Bruto é de cerca de £100 milhões anuais, permitindo que as ilhas sejam economicamente autossuficientes em todas as áreas, exceto na defesa. O custo da defesa é suportado pelo Governo britânico e é estimado em 0,177% do orçamento de Defesa do Reino Unido anualmente. Conforme dados oficiais do governo das Ilhas Malvinas (<<https://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/>>), além do custo da defesa, as Ilhas Malvinas não recebem mais nenhuma assistência financeira do Reino Unido.

Ainda de acordo com dados oficiais do governo das Ilhas, qualquer pessoa com mais de 18 anos e inclusa nos cadernos eleitorais é livre para se candidatar. Os membros da Assembleia Legislativa são escolhidos pelo povo para representá-lo e são eleitos democraticamente para determinar e administrar suas próprias políticas e legislação. Uma nova Constituição para as ilhas entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. Foi aprovada pelo Governo britânico e pelo Governo das Ilhas Malvinas (<<https://www.falklands.gov.fk/self-governance/the-constitution/>>).

Geologicamente, as Malvinas já fizeram parte da África Oriental, portanto, as características geológicas das ilhas têm muita similaridade com o continente Africano, destacando-se os cursos de pedra e os rios de pedras angulares de quartzito que fluem do topo das colinas. O principal tipo de solo é a turfa e a vegetação natural é pastagem, com algumas espécies de urze e arbustos anões. Não há árvores nativas, embora as árvores cultivadas cresçam.

Figura 5 – Ilhas Malvinas ("Falkland Islands")



Fonte: Rainer Lesniewski / Shutterstock.com

Não existe ainda um consenso sobre a verdadeira história das Ilhas Malvinas, fato que se justifica pela existência de documentos que contam histórias contraditórias sobre o descobrimento e colonização das ilhas. Muitos podem ter sido forjados no intuito de apoiar determinados Estados em suas reivindicações (DE PAULO PEREIRA, 2014 apud MEYER, 2004 e NETO, 2006). Portanto, existe grande dificuldade em precisar informações sobre seu descobrimento e povoamento. Deste modo, procurou-se, neste trabalho, apresentar a visão histórica tanto da Argentina quanto a visão histórica britânica.

Segundo o governo das Ilhas Malvinas, por conseguinte o governo britânico, não existem registros sobre a identidade dos primeiros descobridores. É possível que alguns grupos indígenas da Patagônia tenham sido os primeiros moradores das ilhas, devido a algumas ferramentas de pedra terem sido encontradas no litoral. Há registro de dois mapas do início do século XVI, nos arquivos de Paris e Istambul que podem demonstrar uma vinculação das Ilhas com Portugal. Contudo, a primeira referência às Ilhas Malvinas foi publicada após a viagem do explorador inglês John Davis, que em 1592, foi carregado por uma tempestade até o arquipélago. O registro de Davis foi publicado no ano de 1600 por Richard Hakluyt, em Londres. A visita de

Davis foi sucedida pelas visitas do navegador inglês Richard Hawkins, em 1594, e do explorador holandês Sebald de Weert, em janeiro de 1600. O primeiro desembarque registrado nas Ilhas ainda inabitadas ocorreu na West Falkland, em 27 de janeiro de 1690, com a chegada do Capitão inglês John Strong. O Capitão Strong deu o nome de Falkland Sound à passagem entre as duas principais ilhas, mas, posteriormente, o nome do Visconde de Falkland passou a ser usado em referência ao arquipélago. No início do século XVIII, navegadores franceses oriundos do porto de Saint-Malo nomearam as ilhas como Ilhas Malvinas (em francês: “*Les Îles Malouines*”). (<<https://www.falklands.gov.fk/assets/OurIslandsOurHistory.pdf>>)

É a partir do ano de 1760 que se registra os primeiros povoados nas Ilhas Malvinas. Por dois países diferentes, dois povoados foram estabelecidos nas ilhas principais (Malvinas Oriental e Malvinas Ocidental), quase que simultaneamente. O francês Louis Antoine de Bougainville, em 1764, na Malvina Oriental, povoou Port Louis com colonos que haviam deixado a Nova Escócia, após a conquista britânica da parte francesa do Canadá. Em 1765, o Comandante Byron atracou na Ilha de Saunders, ao norte da West Falkland, e reivindicou as ilhas para a coroa britânica. Uma segunda expedição britânica voltou a Saunders em 1766 e batizou o povoado de Port Egmont. Graças à distância entre Port Louis e a Ilha de Saunders, as colônias francesas e britânicas viviam em harmonia. Contudo, em 1767, devido a Coroa Espanhola não aceitar outra colônia em sua esfera de influência no atlântico sul, o francês Bougainville foi forçado a entregar Port Louis à Espanha, mudando o nome do povoado para Puerto de la Soledad. Com o intuito de reafirmar sua esfera de influência na região, em 1770, a coroa espanhola enviou uma frota à Ilha de Saunders, assumindo o controle da localidade. Assim, iniciou-se uma crise internacional entre a coroa britânica e a espanhola que terminaria apenas em 1771, com a retomada do controle da região pelo Reino Unido (<<https://www.falklands.gov.fk/assets/OurIslandsOurHistory.pdf>>). Por motivos econômicos, em 1774, o governo britânico resolveu desfazer o povoado, deixando uma placa de chumbo no território com o intuito de manter a soberania britânica. A coroa espanhola permaneceu na Malvina Oriental até 1811, retirando suas tropas devido à invasão francesa na Espanha e às revoluções de suas colônias no continente sul-americano. Em 25 de maio de 1810 eclodiu a revolução em Buenos Aires que daria origem a independência da Argentina, (DUARTE, 1986, p. 15); “Com a independência, a Argentina teria herdado todos os títulos e territórios até então

pertencentes aos colonos espanhóis pela aplicação da doutrina de “*uti possidetis juris*” (BECK, 2013, p. 26). Esta doutrina é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. Com a independência da Argentina, e o abandono da coroa espanhola, as Ilhas Malvinas ficaram sem defesa alguma. O Reino Unido permaneceu a parte da questão (DUARTE, 1986, p. 17) e, assim como os britânicos, a Espanha também deixou uma placa para afirmar sua soberania (VALÉRIO; HENTZ, 2013, p. 192)

“[...] se construyó una placa de plomo que se colocó en el campanario de la Real Capilla de Malvinas, con la inscripción siguiente: Esta isla con sus Puertos, Edificios, Dependencias y quanto contiene pertenece a la Soberanía del Sr. D. Fernando VII Rey de España y sus Indias, Soledad de malvinas 7 de febrero de 1811 siendo gobernador Pablo Guillén” (DESTÉFANI, 1982, p. 71 apud PROLA, 2013, p. 26).¹

Segundo os argentinos, eles herdaram os direitos espanhóis de acordo com o princípio *uti possidetis juris*, segundo o qual as Províncias Unidas do Sul correspondem aos mesmos limites do extinto Vice-reinado do Rio da Plata. Contudo, os ingleses afirmam que, após decompor esses Estados, não seria possível invocar a aplicação do *uti possidetis juris*. Apesar de não ser um documento de legitimidade internacional, os argentinos contra-argumentam com o texto da Constituição de seu país:

“[...] Las denominaciones adoptadas sucesivamente desde 1810 hasta el presente, a saber: Provincias Unidas del Río de la Plata; República Argentina, Confederación Argentina, serán en adelante nombres oficiales indistintamente para la designación del Gobierno y territorio de las provincias, empleándose las palabras “Nación Argentina” en la formación y sanción de las leyes”²

¹ “[...] foi construída uma placa de chumbo que foi colocada na torre sineira da Capela Real das Malvinas, com a seguinte inscrição: Esta ilha com os seus Portos, Edifícios, Dependências e tudo o que contém pertence à Soberania do Sr. . D. Fernando VII Rei da Espanha e suas Índias, Soledad de Malvinas 7 de fevereiro de 1811 sendo Governador Pablo Guillén ” (DESTÉFANI, 1982, p. 71 apud PROLA, 2013, p. 26).

² “[...] As denominações adotadas sucessivamente desde 1810 até o presente, a saber: Províncias Unidas do Río de la Plata; República Argentina, Confederação Argentina, passará a ser nomes oficiais indistintamente para a designação do Governo e do território das províncias, utilizando as palavras “Nação Argentina” na formação e promulgação das leis ”

No fim do século XVIII e no começo do século XIX, graças à pesca e comércio do derivado de focas e baleias, as Ilhas Malvinas constituíam um centro econômico importante para os britânicos e franceses. Os baleeiros acampavam nas ilhas e encontravam suprimentos para a viagem, consertando seus navios e extraíndo óleo de carcaças de baleias, focas, leões marinhos e pinguins.

Em 1820, atracou nas ilhas, o comandante americano David Jewett, com o propósito de reestabelecer o governo das ilhas em nome de Buenos Aires.

No ano de 1826, Louis Vernet, alemão criado em Buenos Aires, realizou uma expedição nas Ilhas Malvinas que resultou na fundação de um povoado em Port Louis, mesmo local da antiga colônia espanhola, sendo nomeado o primeiro comandante deste povoado no ano de 1829, pelo governo de Buenos Aires (<<https://www.falklands.gov.fk/assets/OurIslandsOurHistory.pdf>>). Vernet recebeu do governo de Buenos Aires o direito de explorar livremente o arquipélago por vinte anos, tendo direito total sobre a pesca e a caça de animais. Ele transferiu colonos para a ilha, apoiou a transferência de famílias dos EUA e Europa para as ilhas e trouxe argentinos para desenvolver a pecuária no local. Segundo SANTOS, G. (2013) o interesse de Vernet era tanto econômico quanto colonial, onde o estabelecimento de uma população ocasionaria vantagem para questões relacionadas a soberania das ilhas. Contudo, devido ao potencial econômico e comercial pesqueiro da região, a autoridade dele foi ameaçada por expedições inglesas e embarcações americanas que realizavam pesca predatória na região.

Em 1825, o Reino Unido reconheceu a independência da Argentina. Contudo, nada foi pronunciado a respeito das Ilhas Malvinas, mesmo com a assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação no mesmo ano (DESTÉFANI, 1982, p. 83 apud PROLA, 2013, p. 32).

Devido às ameaças sofridas por Vernet em relação a pesca e exploração predatória e buscando apoiar a defesa da região, o governo de Buenos Aires, no fim do ano de 1829, publicou decreto proclamando a soberania da Argentina sobre as Ilhas Falklands/Malvinas, por herança da Espanha. Neste decreto especificou a intenção dos argentinos em criar um governo civil e outro militar para proteger seus interesses econômicos na região. O Reino Unido protestou, declarando sua soberania sobre as ilhas. Buenos Aires comunicou o recebimento, porém não contestou (DUARTE, 1986, p. 20). Desde então, vários incidentes com o propósito de conter as atividades predatórias ocorreram na região. O mais importante deles

ocorreu em 1831, e foi de fundamental importância para que, em 1833, ocorresse a ocupação britânica no arquipélago. Este incidente foi a prisão de três navios norte-americanos sob a acusação de tráfico ilegal. Eram eles os navios Harriet, Breakwater e Superior, esquadra capitaneada por Gilbert Davison. O encarregado comercial dos Estados Unidos em Buenos Aires, Francis Beaylies, além de reafirmar os direitos estadunidenses de pesca no Atlântico Sul, exigiu reparação e indenização pelo apresamento e pilhagem dos navios, afirmando desconhecer os direitos das Províncias Unidas (Argentina) sobre as Ilhas Malvinas. A diplomacia dos Estados Unidos da América considerava a região das Ilhas Malvinas uma área de soberania não definida. Em resposta ao incidente, em dezembro de 1831, o governo americano enviou ao arquipélago a fragata USS Lexington, derrotando as defesas de Vernet e culminando na retirada da maioria dos colonos europeus das ilhas (<https://www.falklands.gov.fk/assets/OurIslandsOurHistory.pdf>).

No ano seguinte, em 1832, o governo de Buenos Aires enviou expedição para instalar nas ilhas uma colônia, porém o governador nomeado foi morto em um motim durante a viagem. Devido aos recentes acontecimentos e crescentes conflitos na região, o Reino Unido temia que as Ilhas Malvinas fossem tomadas pela anarquia e se tornassem base de piratas. Foi então que o Capitão Onslow, comandante do navio HMS Clio, recebeu ordem de reafirmar a soberania britânica das Ilhas, sem expulsar a população civil. O Capitão chegou às Ilhas no dia 2 de janeiro de 1833, instruindo ao governador argentino que a deixasse. Não houve tiros ou qualquer tipo de violência. Quatro civis optaram por partir com a tropa rebelde, porém, grande parte da população trazida por Vernet, permaneceu no território. DUARTE (1986) e AZAMBUJA (1988) relatam a retomada das ilhas pelos britânicos enfatizando o fato de não ter sido disparado um tiro sequer. Contudo, observa-se que o governador argentino não tinha condições de resistir lutando, (PROLA, 2013, p. 34). Assim, decidiu por deixar as ilhas sem combater, formalizando um protesto definido como um “ultraje cometido por uma nação amiga e poderosa” (DUARTE, 1986, p. 27).

A partir de 1833 ocorre, então, a reafirmação dos britânicos sobre as Ilhas Malvinas, sendo até os dias de hoje território pertencente à coroa britânica. Desde então, a Argentina luta pelo reconhecimento de seus direitos sobre o território. Em 1834, não tendo resposta que satisfizesse a correspondência argentina sobre o reconhecimento do território herdado, Buenos Aires reitera seu posicionamento (AZAMBUJA, 1988, p. 92).

Nos anos seguintes, as Ilhas foram administradas por uma sequência de oficiais subordinados ao Reino Unido. Sua população cresceu lentamente. Em 1841, o governo britânico enviou Richard Moody, tornando-se o primeiro governador das Ilhas. No início de seu governo Moody já contava com vários colonos britânicos, além dos sobreviventes da colônia de Vernet e da população que sobrevivia da caça de baleias e focas. Richard foi enviado às Ilhas Malvinas como tenente-governador, para assessorar o governo britânico sobre o que deveria ser feito com esse território. Ele recomendou que o governo encorajasse a colonização, fomentando a concepção de grandes fazendas para criação de ovelhas, em paralelo com a pesca. Além de sugerir a colonização, estabeleceu uma administração rudimentar, com o auxílio de um médico, um juiz de direito e um padre, enviados pelo governo britânico, e transferiu a sede de seu governo para a cidade de Stanley, em 1845.

Em 1842, o Secretário de Estado Britânico de Assuntos Estrangeiros, Lord Aberdeen, torna oficial o posicionamento britânico, considerando final o acordo feito com a Espanha em 1771. Assim, após anos de silêncio do governo britânico sobre os protestos argentinos, as ilhas permaneceriam sob controle do Reino Unido (AZAMBUJA, 1988, p. 92)

No ano de 1849 o governador de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas, tenta a venda das Ilhas Malvinas com o propósito de pôr fim ao impasse diplomático entre as nações. O governo britânico recusou todas as propostas baseando-se no direito de *uti possidetis*, princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este (expressão originada da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuí, assim possuís". Deste modo, a Argentina enfrentou um embaraço diplomático, pois tentava a negociação de terras que não tinha a posse (AZAMBUJA, 1988, p. 92).

Em 1849 é assinado, em Buenos Aires por ambos os governos, a Convenção entre Sua Majestade e a Confederação Argentina para a solução das diferenças existentes e o restabelecimento da amizade ("*Convention between Her Majesty and the Argentine Confederation, for the settlement of existing differences and the re-establishment of friendship*"). Segundo os britânicos, tal tratado de paz deveria pôr fim ao impasse pelo controle das ilhas. Contudo, como sendo um tratado de paz, deveria mencionar a disputa, contudo não o faz (PROLA, 2013, p. 35).

O Reino Unido buscou desenvolver a economia das ilhas, com o objetivo de manter seu domínio sobre esse território. Deste modo, em 1851, criou a *Falklands*

Islands Company. A partir de 1855 as Malvinas já contavam com mais de 2000 habitantes era autossuficiente, alcançando em 1892 o status de colônia (BECK, 2013, p. 29).

Em 1947 as Ilhas Malvinas são listadas nas Nações Unidas como Território Não-Autônomo (NSGT), sujeito ao processo de descolonização da ONU

Em 14 de dezembro de 1960, durante a Assembleia-geral da ONU, aprovou-se a Resolução nº 1514, sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, que exprime o desejo de que os territórios autônomos, ou sob tutela, atingissem rapidamente sua independência. Essa resolução determina que:

“...todos os povos têm direito à autodeterminação, podendo livremente definir sua condição política (artigo 2) e que medidas imediatas deveriam ser tomadas para que todos os territórios que ainda não tivessem alcançado a independência recebessem todos os poderes inerentes a tanto, sem condições ou reservas, de acordo com sua vontade livremente expressa, e sem qualquer distinção de raça, credo ou cor.”

Em 1964, baseando-se na resolução acima, a Argentina reivindicou a soberania sobre as ilhas ao Comitê das Nações Unidas para a Descolonização. Como defesa, o Reino Unido argumentou que não se tratava de um caso de descolonização, mas sim de um conflito territorial. Em 1965 o comitê decidiu que era uma situação de descolonização, surgindo a necessidade de negociação entre os envolvidos com o objetivo de encontrar uma solução pacífica. Neste ano, a Assembleia Geral da ONU oficializou a Resolução nº 2065, convidando os dois países a realizarem as negociações aconselhadas pelo Comitê, levando em consideração a Carta da ONU, a Resolução nº 1514 e os interesses da população das Ilhas Malvinas, prevendo que Argentina e Reino Unido deveriam apresentar um relatório, contendo os resultados de suas negociações (FALKLANDS GOVERNMENT – Our Island, Our History).

Em 1965 a Assembleia das Nações Unidas aprovou a Resolução 2065, após lobby da Argentina. Isso lembrou os membros da promessa da organização de acabar com todas as formas de colonialismo. Os governos argentino e britânico foram chamados a negociar uma solução pacífica para a disputa de soberania, trazendo o assunto à atenção internacional pela primeira vez.

Em 1966, por meio dos canais diplomáticos, o Reino Unido e a Argentina iniciam discussões em resposta à pressão da Assembleia da ONU.

Em 1967 o Comitê de Emergência das Ilhas Malvinas foi estabelecido por apoiadores influentes no Reino Unido para fazer lobby junto ao governo britânico contra qualquer enfraquecimento na questão da soberania. Em abril, o Secretário de Relações Exteriores assegurou à Câmara dos Comuns que os interesses dos ilhéus eram fundamentais em qualquer discussão com a Argentina.

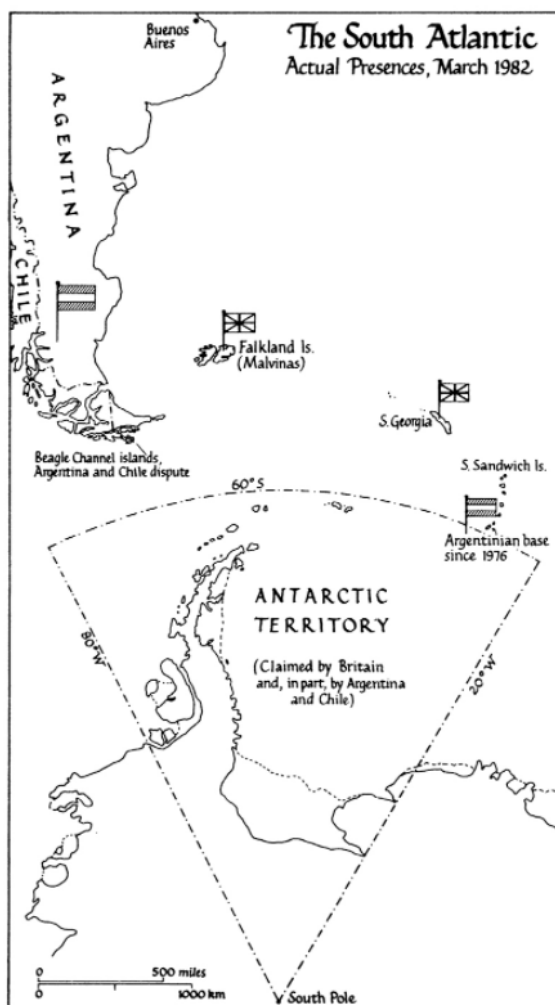
O Acordo de Comunicações de 1971 foi assinado pelos governos britânico e argentino pelo qual comunicações externas seriam fornecidas às Ilhas Malvinas pela Argentina.

Em 24 de março de 1976 há um golpe militar na Argentina, colocando fim ao governo da presidente Isabelita Perón. O país passou a ser governado por uma junta militar constituída pelos comandantes das três forças: Emilio Massera, comandante da Marinha, Orlando Agosti, comandante da Força Aérea, e Jorge Rafael Videla, comandante do Exército, que viria a assumir a presidência da República.

2.2 – Razões para pleitear soberania sobre as ilhas por Argentina e Reino Unido

Além da proximidade com a Antártica, as Ilhas Malvinas têm uma grande quantidade de *krill* (pequenos crustáceos) e, recentemente, foi descoberto a existência de combustíveis fósseis na região (programa de hidrocarbonetos). Exceto para a defesa, os 2.955 ilhéus são autossuficientes. A venda de licenças de pesca é o que proporciona mais renda para os cidadãos, onde a agricultura apresenta-se também como fator econômico importante.

Figura 6 - Proximidade das Ilhas Malvinas com o continente Antártico



Fonte: Shutterstock.com

A questão da soberania das ilhas já foi tema de diversas resoluções da Assembleia-geral da ONU, tendo Argentina e Reino Unido tentado resolver a questão pela diplomacia. Durante a Guerra das Malvinas, os Estados Unidos tentaram mediar as negociações buscando um acordo entre os dois países, porém sem sucesso. Após o fracasso, aliaram-se ao Reino Unido na imposição de sanções econômicas contra a Argentina. Apesar das pressões adotadas contra os argentinos pelo Mercado Comum Europeu, buscando forçá-lo a uma solução coerente com os interesses britânicos, a Argentina invocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para pedir o apoio dos países americanos contra a Inglaterra.

De acordo com a visão inglesa, a ocupação ininterrupta das ilhas desde 1833 já é o suficiente, à luz do Direito Internacional, para estabelecer o direito de

preempção britânico. Em um artigo publicado em 2 de outubro de 1966 no jornal *Correio da Manhã*, argumentava-se que quatro quintos dos habitantes das ilhas tinham nascido no local e muitos deles poderiam remontar sua ancestralidade aos primeiros colonos britânicos. Nesse artigo, refuta-se a ideia argentina de que os moradores das ilhas constituíam uma população transitória, apesar de não negar que a reivindicação argentina seja anterior à ocupação britânica de 1833 (*Correio da Manhã*. Inglês defende ilhas Falkland. 2/10/1966.). Outro argumento é o de que os espanhóis jamais colonizaram as Malvinas-Falklands, quando o seu direito era indisputado no século XVII. Primeiro, os franceses fincaram sua bandeira no território, mas, um ano depois, os ingleses tomaram parte da ilha, onde estabeleceram uma guarnição. Dois anos mais tarde, os franceses venderam os seus direitos aos espanhóis e, em 1770, estes expulsaram os britânicos. Depois de negociações com a Grã-Bretanha, em 1744, os espanhóis voltaram à situação anterior e os ingleses retornaram ao local.

Uma afirmação contestada pelos britânicos é o fato de a Argentina ter o direito a soberania das ilhas por proximidade geográfica às Ilhas Malvinas. O governo argentino ressalta que a sua plataforma continental inclui ilhas. Porém, de acordo com a Convenção de Genebra de 1958 que trata das Plataformas Continentais, foi estabelecido que as ilhas teriam plataforma própria (MATHEUS, 2012).

Já o Reino Unido se baseia no princípio da autodeterminação dos moradores das ilhas, cidadãos britânicos chamados de *Kelpers*. Conforme a Resolução da ONU 2065, de 1965, em casos de contestação de território, deve-se respeitar os interesses dos atuais habitantes. Contudo, esta visão de autodeterminação dos habitantes das Malvinas não é aceitável pela Argentina, justificando que os *kelpers* não são um grupo nacional subjugado, mas súditos da rainha inglesa instalados no arquipélago. Recentemente, este princípio de autodeterminação dos povos foi demonstrado por votação nas Ilhas Malvinas. Segundo notícia publicada no site G1 no dia 11/03/2013, (<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>>), os habitantes das Ilhas Malvinas aprovaram, por referendo, a permanência do território sob o domínio do Reino Unido. No total, 92% dos 1.672 eleitores das ilhas votaram no referendo. Destes, 98,8% aprovaram a permanência das Malvinas como território autônomo britânico. Contudo, a Argentina considerou a votação ilegal.

A Argentina apoia-se também em fatores históricos para justificar seu direito ao controle da região. O site argentino El Malvinense, que apresenta notícias e dados históricos sobre a região das Malvinas, defende a posição de que o território seria herança do tratado de Tordesilhas, em que os direitos espanhóis, pelo princípio *uti possidetis juris*, das Províncias Unidas do Rio da Prata correspondem aos mesmos limites do extinto Vice-reinado do Rio da Plata (entidade territorial do Império Espanhol, criada pelo Rei Carlos III da Espanha em 1776). Contudo, o Reino Unido afirma que não seria possível a aplicação do *uti possidetis juris* após decompor esses Estados (MATHEUS, 2012).

Em resumo, os principais fundamentos da soberania argentina sobre o território das Ilhas Malvinas são os seguintes:

1. Patrimônio herdado da coroa Espanhola;
2. Proximidade do território com a Argentina que, geograficamente, estão próximos à costa patagônica, compartilhando do mesmo clima;
3. Encontram-se na plataforma continental Argentina, que pelo direito internacional após a Convenção de Genebra de 1958, pertencem ao Estado costeiro por direito próprio.
4. Descoberta e ocupação do território.

Em relação ao quarto item mencionado acima, a Argentina não reconhece a descoberta das Malvinas pela Inglaterra, que a teriam avistadas anos depois de serem descobertas. A discussão sobre quem realmente descobriu o território persiste, principalmente devido às dificuldades que existiam naquele século para indicar adequadamente a posição de um determinado ponto e necessidade de conversão das medidas usadas na época. Contudo, a maior probabilidade, segundo visão Argentina, é de que foi na expedição de Magalhães, em 1520, que foram descobertas as Ilhas Malvinas. Nesta expedição, Esteban Gómez, desertor da tripulação do Magalhães, tenta atravessar o Atlântico pelo caminho mais curto, em direção ao Cabo da Boa Esperança. Segundo o relato de Gomez, localizado a 300 milhas do Estreito, eles avistam um grupo de ilhas "nunca vistas" batizando-as com o nome de San Antón, desenhando-as em um mapa que o cartógrafo Reinell coletaria posteriormente em 1523. Segundo o governo das Ilhas Malvinas, por

associação do governo britânico, a primeira referência às Ilhas Malvinas foi publicada após a viagem do explorador inglês John Davis, que em 1592, foi carregado por uma tempestade até o arquipélago. O registro de Davis foi publicado em 1600 por Richard Hakluyt, em Londres. A Argentina defende também que na época em que os britânicos habitaram as ilhas (1690), os ocupantes eram os franceses, mas posteriormente (1764), eles abandonaram o arquipélago, reconhecendo a soberania espanhola (FALKLANDS GOVERNMENT – Our Island, Our History). Portanto, segundo a visão dos argentinos, por descoberta, as ilhas são espanholas, e em 1810 foram herdadas da Espanha e passaram a ser da Argentina.

Além destes fatores, a Argentina também se baseia em datas que a Inglaterra reconheceu os direitos das Malvinas para justificar seus pontos de vista. São elas:

1. O Tratado de Ultecht entre a Espanha, Grã-Bretanha e França, de 1713, confirma a propriedade espanhola de seus territórios tradicionais nas Américas, que incluem as Malvinas.
2. Em 1790, a Espanha e Grã-Bretanha assinam a Convenção Nootka, em que a Grã-Bretanha renuncia formalmente a qualquer ambição colonial na América do Sul e nas ilhas adjacentes.
3. Em 1825, o Reino Unido reconhece a independência das Províncias Unidas do *Río de la Plata*, e não faz qualquer objeção sobre a questão das Malvinas, no Tratado de amizade, navegação e comércio firmado entre os dois países.

Conforme demonstrado acima, a soberania das ilhas tem sido debatida desde seu descobrimento. Para compreendermos os motivos que levaram à Guerra das Malvinas, em 1982, é necessário analisarmos, além das questões históricas, as conjecturas políticas, econômicas e sociais da Argentina no período que antecede o conflito, tema do capítulo três do presente trabalho.

3 CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO

3.1 – Cenário Político-Econômico Argentino

Desde 1930, ocorreu na Argentina uma sequência de governos populistas e juntas militares que adotaram uma série de políticas protecionistas e de substituição de importações. Tal modelo econômico era típico do período mencionado, com vasta influência do Keynesianismo oriunda da crise de 1929 nos Estados Unidos. A partir da década de 70, presenciou-se uma crise econômica mundial originária do inchaço proporcionado pelo protecionismo desenfreado e pela adoção do modelo de Estado de bem-estar social. Este modelo coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, em que o Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país, cabendo ao Estado garantir serviços públicos. Esse inchaço foi agravado ainda mais com a crise do petróleo, ocorrida em 1973, com o protesto pelo apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, em que o preço do petróleo aumentou em mais de 400%. Desta forma, o aumento do custo de vida pela elevação do valor do petróleo e a desvalorização dos alimentos anunciavam um desajuste na balança comercial, tendo maiores proporções nos países em desenvolvimento, como a Argentina. Neste período a inflação disparou, e de março de 1975 a março de 1976 os preços subiram 566,3%, atingindo um máximo de 800% (ver Figura 3). Este cenário de crise econômica levou ao término do protecionismo em 1976, quando o governo militar decidiu abrir um pouco a economia. Com a mudança de posicionamento econômica do Estado, muitas indústrias argentinas sucumbiram perante a concorrência externa, o que fez com que o governo assumisse suas dívidas. Em paralelo a este setor industrial ineficiente, gastos governamentais em total descontrole (financiados pela simples impressão de dinheiro) e várias medidas populistas de aumentos salariais levaram a uma crônica inflação de preços (ROQUE, 2013).

Prometendo ajustar a balança econômica e colocar o país de volta nos eixos, em 24 de março de 1976 a Argentina sofreu um golpe militar, colocando fim ao governo da presidente Isabelita Perón. O país passou a ser governado por uma junta militar constituída pelos comandantes das três Forças Armadas, tendo o

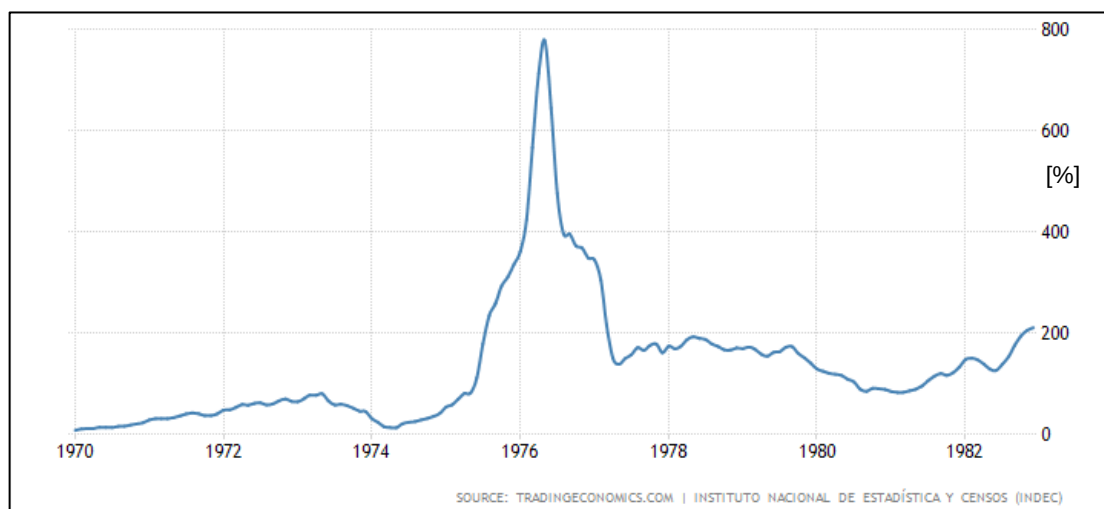
comandante do Exército, Jorge Rafael Videla, como Presidente da República. Este período de transição foi turbulento na história argentina. No primeiro ano, 167 policiais e militares morreram, vem virtude de ataques de guerrilheiros, e 1.187 civis morreram pelas forças de segurança, tendo o número de desaparecidos ainda maior. Segundo a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), no ano de 1976, estima-se o desaparecimento de mais de 3.500 pessoas. Nos anos seguintes a repressão se agravou, e em 1975, na Conferência de Exércitos Americanos, ocorrida em Montevideu, o general Videla declarou: "Na Argentina deverão morrer todas as pessoas necessárias para se conseguir a paz do país". Os políticos que eram contra o regime também sofreram grandes perseguições, estendendo-se a sociedade civil. Havia censura dos meios de comunicação e intensa repreensão aos que desafiavam o regime. Este cenário não era diferente da realidade de outros países Sul-americanos. O Brasil também vivia um regime militar desde o Golpe de 64, que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart. O Regime militar adotou diretriz nacionalista, desenvolvimentista e anticomunista, atingindo o auge de sua popularidade na década de 1970, com o "milagre econômico". No Chile a ditadura foi estabelecida após golpe ao presidente democraticamente eleito, Salvador Allende, em 1973, e teve a partir de então, o governo liderado pelo general Augusto Pinochet. O colapso da democracia e a crise econômica ocorrida durante a presidência de Allende foram justificativas usadas pelos militares para tomar o poder. A ditadura apresentou sua missão como uma "reconstrução nacional". Em ambos os países ocorria censura extrema de todos os meios de comunicação, tortura a pessoas em oposição ao governo e exílio de dissidentes.

No ano de 1978 a Argentina experimentava uma grande frustração por fracassadas tentativas de redução da inflação, queda do nível salarial e estagnação da economia. Entretanto, o comportamento da sociedade não foi de repúdio ao governo. De forma geral, houve demonstração de um país unido aos holofotes mundiais (MATHEUS, 2012). Nesse período, a ditadura militar argentina tinha o apoio de uma parte da sociedade civil e da imprensa. O governo defendia que havia combatido a guerrilha dos movimentos subversivos. Buscando apoio e manutenção do governo, ocorreu intensificação dos contatos políticos em busca de colaboradores civis ao regime. Contudo, os interesses dos comandantes militares eram difusos, ocasionando disputas pelo poder.

Roberto Viola, comandante do Exército, sucedeu o general Videla na presidência. Como forma de evitar a insatisfação nos círculos militares, ele repartiu cargos públicos entre eles. Seu governo foi considerado mais moderado, tentando uma transição ao sistema representativo sem restrições. Esta abertura ocasionou conflitos e temores no círculo militar.

Devido às desvalorizações da moeda argentina e da crise financeira, a situação econômica do país piorou, gerando ondas de protestos. A crise econômica foi desencadeada pela crise do petróleo, aumento do protecionismo europeu e elevação da taxa de juros americana de 8% para 21,5%, culminando na perda do controle inflacionário nos países Latino-americanos e uma pequena recessão global. O PIB industrial argentino havia caído 22% e o PIB Global, 9% (MATHEUS, 2012). Os salários reais caíam e o desemprego crescia, ocasionando a maior recessão desde 1930. As dívidas públicas cresciam descontroladamente e o setor produtivo estava imerso em um endividamento crescente, enquanto a equipe econômica do governo argentino já era levada a descrédito. Existia desconfiança de boas intenções a qualquer manifestação do governo. Em meio ao regime moderado do General Viola, o General Leopoldo Galtieri recebia cada vez mais apoio de uma parcela mais agressiva dos militares. Viola estava enfraquecido politicamente e, após uma licença-médica, foi destituído em um “golpe palaciano” que deu o poder ao General Leopoldo Galtieri (MATHEUS, 2012).

Figura 5 - Inflação argentina no período de janeiro de 1970 a janeiro de 1983.



Fonte: Tradingeconomics.com

Galtieri era considerado mais conservador e firme do que seu antecessor. O cenário mais desafiador para o novo presidente era a economia. Neste cenário, o general procurou combater a inflação e endurecer os termos fiscais e salariais. Os salários foram congelados e havia um elevado nível de desemprego e endividamento. As relações entre o poder militar e a sociedade civil e política haviam chegado a seu ponto mais conflituoso. Durante a gestão de Galtieri, a contestação social contra o governo militar chegou ao ápice. Paralelamente a este panorama, a questão das Malvinas sempre esteve enraizada na sociedade argentina, onde a conquista dessa região era considerada um objetivo nacional permanente e irrenunciável do país. Em 1983 completaria 150 anos da ocupação inglesa das ilhas, inflando a causa nacional relacionada à identidade argentina sobre a soberania do arquipélago. Em face das dificuldades econômicas e políticas que Galtieri enfrentava, a questão das Malvinas foi utilizada como um subterfúgio à esta realidade.

Figura 6 - General Leopoldo Fortunato Galtieri, membro da Junta Militar entre dezembro de 1979 e junho de 1982, e Presidente da Argentina entre dezembro de 1981 e junho de 1982.



Fonte: Wikipedia.org

Contudo, devido a realidade econômica e política vivida na época, é razoável supor que a população não apoiasse um conflito armado. Entretanto, o sentimento nacionalista foi despertado e a população, na Praça de Maio (localizada na sede do governo argentino), ovacionou o presidente por ter entrado no conflito pela

soberania das Ilhas Malvinas. Portanto, para entendermos os motivos da Guerra das Malvinas, é importante levar em conta também as questões culturais, e não somente as questões políticas e econômicas. Analisando este quesito, é mister observar que a soberania das Malvinas faz parte do inconsciente coletivo argentino. Nas escolas os alunos aprendem desde cedo que as ilhas fazem parte do território do país. Para exemplificar este fato é possível citar a canção *Marcha de Las Malvinas*, que remete aos ideais nacionalistas em relação ao arquipélago. A frase “as Malvinas são argentinas”, inclusive, virou um logo que está relacionado à identidade daquele povo. Apesar das grandes diferenças ideológicas de vários setores argentinos, todos se uniram pelo ideal nacionalista “As Malvinas são argentinas”. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. Assim, o nacionalismo uniu pessoas de posições políticas bem distintas na Argentina. O presidente Galtieri conseguiu recorrer a este sentimento nacionalista para justificar a guerra e obter o apoio da população, o que foi fundamental para se manter no poder. Durante a guerra era possível observar diversas bandeiras azuis e brancas nas janelas das casas argentinas.

3.2 – Cenário Político-Econômico Britânico

Enquanto o quadro de crise econômica se desenrolava na Argentina, no período pré-guerra, no Reino Unido a Primeira-ministra Margareth Thatcher também enfrentava problemas econômicos, como por exemplo o desemprego e a inflação. ANDERSON (1995) afirma que a crise dos anos de 1970 levou às economias capitalistas a recessão, evidenciando o baixo crescimento econômico com altas taxas de inflação.

Desde a crise de 29, políticas keynesianas de aquecimento da economia tiveram grande aceitação política que, segundo GAMBLE (1994), foi possível graças ao acordo de Bretton Woods, permitindo uma relativa estabilidade monetária na montagem do Estado de Bem-Estar Social. O Reino Unido se destacou no mundo ocidental na implementação dessas políticas. (FRIEDMAN, 1980). Segundo GARFINKEL (1987) o Partido Conservador inglês vinha apoiando, desde a Segunda Guerra Mundial, as propostas do Partido Trabalhista no sentido de aumentar a previdência social e a participação do Estado na economia, o que ficou conhecido

como a “Era do Consenso”. GAMBLE (1994) explica que as políticas do Estado social-democrata foram bem-sucedidas na medida em que transformaram o desemprego em massa em problemas do passado. Desta maneira, os políticos pensavam que:

“O crescimento do setor público, o protecionismo ao setor privado, o aumento das propriedades públicas e da seguridade social, a ampliação dos poderes e responsabilidades do Estado (...) formavam um pacote doméstico que os socialdemocratas e muitos políticos de todos os partidos pensavam ser imune a ataques tanto da esquerda, quanto da direita.” (p. 30, tradução livre)³

Contudo, a situação mundial mudou quando os EUA, em 1970, abandonaram o acordo de Bretton Woods, tornando o sistema de taxas de câmbio fixas insustentável, criando condições para alta da inflação, já que os países procuraram expandir suas demandas internas para manter o emprego e a prosperidade em detrimento do valor de suas moedas (Gamble, 1994). Em 1973 a situação se agravou com a disparada do preço do petróleo, levando o mundo à uma profunda recessão. Segundo Gamble (1994) o modelo de Estado intervencionista se mostrou altamente dependente do bom desempenho econômico. A inflação e desemprego era a realidade da maioria dos países capitalistas.

Tabela 1- Evolução dos índices econômicos britânicos

Ano	PIB Real (1979=100) ¹	Variação PIB (em %) ¹	PIB <i>per</i> <i>capita</i> (var. em %) ²	Inflação* (em %) ²	Taxa de juros (média anual em %) ³	Desemprego (em %) ¹
1970	80,7	2,2	n.d.	6,25	n.d.	n.d.
1971	82,4	2,1	1,5	10,08	n.d.	4,00
1972	85,4	3,7	3,3	6,87	n.d.	4,50
1973	91,6	7,2	6,8	9,29	n.d.	3,80
1974	90,4	-1,3	-1,3	15,69	n.d.	3,60
1975	89,8	-0,6	-0,7	24,29	11,46	4,20
1976	92,2	2,6	2,7	16,82	11,74	5,40
1977	94,3	2,4	2,4	15,56	8,42	5,50
1978	97,4	3,2	3,2	8,42	9,14	5,60

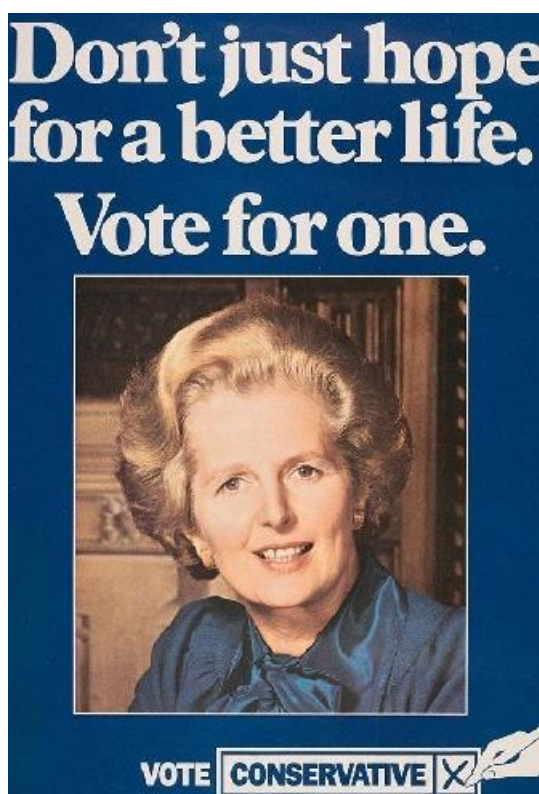
* Índice de Preços ao Consumidor

Fontes: 1.UK Statistics Authority; 2.OCDE – Factbook 2008 e 3.Bank of England.

³ “The growth of the public sector, protectionism for the private sector, the increase in public property and social security, the expansion of the powers and responsibilities of the State (...) formed a domestic package that social democrats and many politicians of all parties thought be immune to attacks from both the left and the right.” (GAMBLE, Andrew. The free economy and the strong state: The politics of Thatcherism. Macmillan International Higher Education, 1994.)

Em 1975 a inflação britânica atingiu a casa dos 24%, conforme a Tabela 01. Um milhão e meio de britânicos estravam desempregados e a indústria vivia uma recessão. Foi neste quadro de turbulência econômica que a líder do Partido Conservador, Margaret Thatcher, apresentou uma moção contra o governo trabalhista na Câmara dos Comuns, em março de 1978. O governo acabou sendo derrotado por apenas um voto: 311 deputados foram favoráveis e 310 contrários, acarretando a convocação de eleições gerais (UNITED KINGDOM - House of Commons). Os conservadores fizeram campanha com foco nas questões econômicas e se comprometeram a controlar a inflação e a reduzir o poder crescente dos sindicatos que apoiaram as greves em massa. Em 3 de maio, os conservadores ganharam a maioria dos assentos ao elegerem 339 deputados, fazendo de Thatcher a primeira mulher Primeira-ministra do Reino Unido, bem como a primeira da Europa, prometendo transformar a economia britânica com a implementação de medidas liberais.

Figura 7 - "Não apenas espere uma vida melhor. Vote por uma". Cartaz com o slogan dos conservadores nas eleições gerais de 1979.



Fonte: Wikipedia.org

Os sindicatos pressionavam o governo, e constituíram um grande obstáculo às reformas propostas pela primeira-ministra (GARFINKEL, 1987). Thatcher havia prometido que restauraria a economia britânica, e seu planejamento previa a contenção da inflação, enfraquecimento dos sindicatos e incentivo a práticas liberais de comércio. Contudo, isto só seria possível com o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como *Welfare State*. Thatcher defendia que “não pode haver liberdade sem uma economia livre”, com o mínimo de interferência estatal (GARFINKEL, 1987).

Durante o governo de Margareth Thatcher, uma série de reformas liberais foram implantadas no Reino Unido, incluindo privatizações, reformas trabalhistas, reformas fiscais e tributárias (GAMBLE, 1994). Contudo, este governo não ficou marcado apenas pelas reformas, mas também por mudanças. O keynesianismo, que desde a década de 1930 vinha sendo adotado como modelo pelos governos capitalistas, foi abandonado. O governo britânico foi o primeiro país desenvolvido a se basear em diretrizes liberais (ANDERSON, 1995).

Após três anos de governo, contudo, a crise econômica estava longe de terminar. O desemprego alcançava a marca dos 12,5% e um número recorde de empresas fecharam as portas. A primeira-ministra seguia confiante, argumentando que quando a livre concorrência fosse restaurada e os gastos do governo diminuíssem, a economia iria decolar. De fato, no início do seu governo, Thatcher declarou que precisaria de vários mandatos para cumprir com seus objetivos, que conforme suas palavras eram: “encaminhar este país para uma nova direção e para modificar nosso modo de ver as coisas”

O governo Thatcher se prolongou por onze anos, de maio de 1979 a novembro de 1990. O resultado na Guerra das Malvinas contribuiu decisivamente para a reeleição de Thatcher.

4 A GUERRA DAS MALVINAS

O estopim da Guerra das Malvinas se originou na Ilha da Geórgia do Sul, a cerca de 1.000 quilômetros de distância das Ilhas Malvinas. A maior parte dessa ilha é inabitável, e foi usada para caça à baleia até meados do século XX. Após a queda do uso do óleo de baleia, a ilha servia apenas como base para pesquisas britânicas na Antártica. O sucateiro argentino Constantino Sergio Davidoff havia assinado um contrato com uma empresa escocesa para sucatear os equipamentos das antigas estações baleeiras. Em 19 de março, um total de 41 trabalhadores da sucata chegaram ao porto de Leith, no sul da Geórgia, sem antes terem visitado o porto de entrada oficial britânico de Grytviken para carimbar seus passaportes e apresentar o modelo de documento de regulamento de viagem. Na chegada, a tripulação içou uma bandeira argentina. Os negociantes de sucata não atenderam ao pedido de um cientista britânico estacionado na Geórgia do Sul para remover a bandeira, além de recusarem também a realizar procedimento necessário quanto aos seus passaportes, referente a um documento substituto que era válido nas Ilhas Malvinas, porém não na Geórgia do Sul. Estes negociantes de sucata foram considerados pelo governo militar argentino como meio útil para reafirmar a presença argentina nas Ilhas do Atlântico Sul (MIDDLEBROOK, 2012).

Figura 8 – Foto tirada em 19 de março de 1982, Davidoff e outros trabalhadores desembarcam em Grytviken do navio argentino "Bahía Buen Suceso".



Fonte: laperlaaustral.com.ar

Depois que esse fato se tornou conhecido, o evento até então insignificante tornou-se um problema no cenário político britânico. O governo do Reino Unido recomendou o envio do *HMS Endurance* para a Geórgia do Sul, que havia sido descartado no meio do ano, para restaurar a ordem. Segundo Ingo Ossendorf: “O fato de os catadores de sucata terem hasteado a bandeira argentina em 19 de março atraiu a atenção internacional, mas não provocou reações britânicas significativas. Somente a própria invasão provocou reações na Inglaterra que levaram ao envio da frota britânica.” (MIDDLEBROOK, 2012).

Segundo Duarte (1986), o governo militar argentino, em 1982, havia decidido que a utilização da força para a retomada das Ilhas Malvinas partiria de duas hipóteses básicas: A primeira era de que, após a conquista, o Reino Unido não reagiria militarmente para a reconquista do seu território, utilizando-se de sanções econômicas para contra-atacar os argentinos. A segunda é que os Estados Unidos da América ofereceriam apoio à causa argentina, baseando-se no Tratado Interamericano de Assistência (TIAR), um tratado de defesa mútua entre diversos países americanos, com o princípio de que um ataque contra um dos membros seria considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica". Aceitando essas hipóteses, no dia 26 de março de 1982, uma Força-Tarefa argentina, encarregada da invasão, começou a se movimentar com o pretexto de participar de exercícios militares em Montevideú. Os radares norte-americanos detectaram a movimentação, avisando os britânicos. Essa informação possibilitou uma organização de defesa antecipada, mesmo os britânicos dispendo de poucas opções para isso. Contudo, isso eliminou o fator surpresa argentino, e o Governador Hunt determinou aos seus liderados que não combatessem na cidade, para salvaguardar a vida dos habitantes (DUARTE, 1986). Então, por volta das 00h30min do dia 02 de abril de 1982, cerca de três mil argentinos desembarcaram na capital Port Stanley, numa operação chamada pelos argentinos de “Operação Rosario” (que durante os preparativos foi chamada de “Operação Azul”). Este foi o início da Guerra das Malvinas. O número de soldados britânicos no momento da invasão era de cerca de uma centena de homens, demonstrando a grande superioridade numérica militar dos argentinos. Ainda assim a guarda britânica baseada em Port Stanley tentou defender a ilha.

Logo após dominarem a pequena resistência que ofereceram as tropas britânicas baseadas na capital, outros nove mil soldados ocuparam outras posições

no arquipélago. Foi nomeado o General Oswaldo Garcia como novo governador das Ilhas Malvinas (DUARTE, 1986) e os prisioneiros britânicos foram enviados a Londres, incluindo o ex-governador Hunt e sua esposa. Antes da deportação os argentinos tiraram algumas fotos dos prisioneiros sendo rendidos e revistados, conforme demonstrado pelas Figuras 07 e 08. Este ato foi considerado ultrajante pela sociedade britânica, ocasionando o apoio da opinião pública inglesa para a retomada das ilhas pela via armada (DUARTE, 1986).

Figura 9 - Militares britânicos sendo revistados por forças argentinas



Fonte: businessinsider.com

Figura 10 - Militar argentino conduz os militares britânicos rendidos para revista



Fonte: businessinsider.com

Na manhã do dia 02 de abril, o presidente argentino General Galtieri fez um discurso sobre a ação militar vitoriosa na Casa Rosada em frente a Plaza de Mayo tomadas pelo povo argentino, que levavam faixas e comemoravam a conquista (DUARTE, 1986).

Figura 11 - Discurso do General Galtieri sobre a recuperação das Malvinas, em 2 de abril de 1982.



Fonte: internacional.estadao.com.br

No dia seguinte, a Primeira-ministra britânica convocou a Câmara dos Comuns e se pronunciou sobre a invasão, defendendo que as ilhas deveriam ser retomadas. Obtendo apoio unânime na câmara, em 5 de abril, Thatcher despachou uma Força-Tarefa britânica que saiu em direção às Ilhas Malvinas. O caso também foi levado ao Conselho de Segurança da ONU, que emitiu a resolução nº 502, determinando o fim das hostilidades, a retirada das tropas argentinas do arquipélago e a convocação dos países em conflito ao diálogo (MIDDLEBROOK, 2012).

A Grã-Bretanha anunciou o estabelecimento de uma zona marítima restrita de 200 milhas de diâmetro ao redor das Ilhas. Durante o mês de abril, mais navios britânicos se dirigiram à zona de conflito, sob o comando do Almirante Sir John Fieldhouse, com o objetivo de retomar as Ilhas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul para a Coroa Britânica. Esta operação ficou conhecida como Operação Corporate, e se estenderia do dia 9 de abril de 1982 até o dia 14 de junho de 1982. No final de abril, a maioria das tropas restantes havia desembarcado nas Malvinas. O naufrágio do cruzador argentino General Belgrano pelo submarino nuclear britânico HMS

Conqueror, foi de grande importância durante a guerra. O episódio foi o evento mais emblemático da Guerra das Malvinas e teve a maior taxa de mortalidade nas estatísticas da guerra. Durante o ataque, morreram 368 soldados (MIDDLEBROOK, 2012).

Figura 12 - Naufrágio do Cruzador argentino General Belgrado, ocorrido em 2 de maio de 1982.



Fonte: wikipedia.org

A superioridade militar da Grã-Bretanha rapidamente se tornou aparente, e em meados de maio era apenas uma questão de tempo até que os britânicos vencessem. Em 14 de junho, as forças armadas argentinas finalmente se renderam em Puerto Argentino (Port Stanley). A guerra de 74 dias custou a vida de 649 argentinos e 255 britânicos. Como resultado da derrota, Galtieri foi destituído, e a crise na Argentina se agravou (VALÉRIO; HENTZ, 2013)

Figura 13 – Comparação das Forças argentinas e britânicas durante a Guerra das Malvinas



Fonte: teorcritico.wordpress.com

4.1 - As Consequências da Guerra

O Reino Unido, devido a sua superioridade militar, venceu a guerra. Como resultado da derrota, o presidente argentino Galtieri foi deposto em 18 de junho. Um governo militar intermediário foi instaurado na Argentina, preparando o país para a transição para um governo civil. Raúl Alfonsín foi eleito democraticamente em 30 de outubro de 1983, dando fim ao regime militar. Deste modo, a derrota da Argentina no nível militar proporcionou o início da democratização do país, segundo Paul Verbeek: "A indignação da nação com a aventura da Malvina e a raiva pelos milhares de violações dos direitos humanos por parte do governo militar [...] tornaram-se assim o terreno fértil para um novo começo político. A Argentina

aprendeu com a derrota na guerra das Malvinas e não foi um novo caos que prevaleceu, mas sim a ideia democrática que, pela primeira vez em várias gerações políticas, tem colocado um apoio mais sólido em todo o país.”

A decisão de ocupar as Ilhas Malvinas e de iniciar a guerra deve ser vista, da perspectiva argentina, como um erro de cálculo dos governantes militares. Galtieri declarou após à guerra: "Se tivéssemos certeza de que os Estados Unidos assumiriam a posição que eventualmente ocuparam, não teríamos realizado a invasão. Com a notícia da chegada do submarino (inglês), eu sabia que tinha menos de uma semana para ocupar as Ilhas Malvinas sem resistência. Após a chegada do submarino equipado com os mais modernos sistemas de armas, isso não seria mais possível ou, no entanto, apenas sob o risco de pesadas perdas." (VON DE WAALS, 2020).

Para a Grã-Bretanha, a vitória significou o fortalecimento do nacionalismo britânico: "A nação britânica se encontrou no Atlântico Sul e não olhará mais para trás após a vitória que conquistou." A consciência nacional recém-descoberta foi incorporada em um 'sentimento de nós' que mais tarde foi chamado de "Fator Malvinas" e "Isso continuaria a moldar o cenário político nacional nos próximos anos e produziria sucessos eleitorais exuberantes" (VON DE WAALS, 2020).

A vitória sobre a Argentina levou a um aumento na popularidade da primeira-ministra Margaret Thatcher e seu Partido Conservador. Thatcher estava em uma baixa de apenas 30% nas pesquisas antes da Guerra das Malvinas, a aprovação da população britânica subiu para mais de 50% (VON DE WAALS, 2020). O governo foi posteriormente reeleito. Além disso, por meio de seu engajamento determinado no Atlântico Sul, a Grã-Bretanha conseguiu afirmar sua posição como potência mundial em nível internacional.

Embora o Reino Unido tenha emergido mais forte da guerra e demonstrado a força de seu poderio militar, a questão da soberania permanece sem solução no nível do direito internacional, conforme afirma PETER VON DE WAALS: "O fato de que o resultado da guerra não foi uma solução definitiva o problema se torna aparente no curso da história" (VON DE WAALS, 2020). A Grã-Bretanha lutou por direitos formais durante a guerra, mas a Argentina ainda hoje reivindica o arquipélago. Embora não haja nenhuma indicação de que Argentina tenha tentado outra ocupação militar posteriormente, a questão final sobre a soberania das Malvinas permanece aberta.

5 ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Conforme abordado nos capítulos anteriores, é perceptível que a Guerra das Malvinas foi provocada por graves erros de cálculo e falha diplomática. Deste modo, para analisar as causas da guerra e o processo de tomada de decisão, analisaremos a teoria diversionária que procura explicar suas origens. Amy Oakes (2006) postulou que a Guerra do Atlântico Sul foi resultado do desejo da liderança argentina de desviar a atenção dos problemas domésticos que afligiam a população argentina. A autora utiliza este raciocínio, que chama de "abordagem de políticas alternativas", para explicar o processo de tomada de decisão que levou à guerra. Embora a economia argentina estivesse à beira de um colapso, demandas por mais liberdades políticas também estavam sendo feitas, e protestos em relação ao desaparecimento de milhares de cidadãos foram se tornando cada vez mais frequentes. O governo, segundo Oakes (2006), foi compelido a escolher entre as três respostas políticas para a agitação doméstica: reforma econômica e/ou política, repressão e guerra diversionária. Das três opções, Oakes afirma que, embora as duas primeiras sejam preferíveis, não eram exequíveis. "A incapacidade da junta de extrair recursos dificultou sua capacidade de responder aos distúrbios: não poderia adotar medidas onerosas, como reformas econômicas significativas, repressão sustentada ou uma guerra em grande escala" (Oakes, 2006). A opção por uma "guerra em grande escala" é uma referência à ideia de que os britânicos não estavam predispostos, conforme percepção argentina, a comprometerem-se a travar uma guerra pelo domínio das Malvinas.

Devido à crise econômica vivenciada pelo governo da primeira-ministra Margareth Thatcher, o governo britânico sentiu necessidade de diminuir gastos com defesa para equilibrar a balança econômica. Assim, decidiu diminuir a presença militar no Atlântico Sul, demonstrando sinal de aparente enfraquecimento de vontade em permanecer na área. Em 1981, a Câmara dos Lordes rejeitou um projeto de lei que concederia todos os direitos de residência na Grã-Bretanha a todos os moradores da Ilhas Malvinas, da mesma forma que foi concedida aos cidadãos de Gibraltar. Esses eventos contribuíram para a conclusão argentina de que a persistência da Grã-Bretanha no Atlântico Sul estava enfraquecendo.

Portanto, a ideia de uma limitada campanha com pouca oposição britânica parecia mais provável em produzir o desejado, o ganho territorial com custos mínimos ou nenhum custo a suportar. Conforme Oakes (2006), os custos seriam menores do que aqueles de repressão da oposição, ou reforma econômica e, como as tentativas de reformas econômicas do regime de Galtieri já haviam falhado, além do fato de que os esforços de repressão para silenciar os oponentes do regime militar produziam cada vez mais antipatia por parte da população, as opções políticas eram cada vez menores. Assim, Oakes argumenta que o número de alternativas políticas para a junta militar argentina, analisando-se o risco e retorno, não era nada atraente, culminando na consideração de um objetivo externo. Em última análise, a desventura militar estrangeira apenas provou ser catastrófica.

Segundo MIDDLEBROOK (2012), a Guerra das Malvinas teve início devido às ações de três homens, dois com decisões conscientes, mas sem qualquer percepção do que iria acontecer. Estes foram o presidente Leopoldo Galtieri, o Almirante Jorge Anaya e Constantino Davidoff. Entre 1930 e 1976, correu sete tomadas de poder realizado por militares na Argentina (MIDDLEBROOK 2012). A Presidente Maria Estela Martínez de Perón foi afastada do poder em 1976 devido a incapacidade de gerenciar a economia do país. Em seguida, uma Junta de oficiais governou a Argentina, primeiramente com o general Jorge Rafael Videla, seguido pelo general Roberto Eduardo Viola. Devido a uma doença que afastou Viola, em dezembro de 1981 o general Galtieri assumiu. Galtieri era o Comandante-em-Chefe do exército e, como a maioria das posições-chave do exército foram preenchidas por seus apoiadores, a base de apoio de Galtieri era segura. O membro naval da Junta era o almirante Anaya e o líder da Força Aérea era o Brigadeiro-General Basilio Lami Dozo. A situação argentina, como mencionado no capítulo anterior, era de queda na produção industrial, queda dos salários, aumento do desemprego e descontrolada inflação. A massa da população estava descontente com este cenário. Os militares foram capazes de estabelecer estabilidade política, porém conquistada pelo uso da repressão contra aqueles que se opusessem ao regime. O general Galtieri precisava urgentemente de uma diversão para todo esse cenário desfavorável, e a questão das Malvinas tinha o poder de unir os argentinos. Conforme o comentário de Ernesto Sabato (La Nacion, 29 de abril de 1982), é possível perceber todo o sentimento nacionalista que esta questão despertava nos argentinos:

“Na Argentina, não é uma ditadura militar que está lutando. É todo o povo, suas mulheres, seus filhos, seus velhos, independentemente de sua convicção política. Oponentes do regime, como eu mesmo, estamos lutando por nossa dignidade, lutando para acabar com os últimos vestígios do colonialismo. Não se engane, Europa, não é uma ditadura que luta pelas Malvinas, é toda a nação”⁴

Logo após sua sucessão à presidência, em dezembro de 1981, Galtieri anunciou que 1982 seria "o ano das Malvinas" (VON DE WAALS, 2020). Acreditava-se que o almirante Anaya faria a reintegração das Malvinas, pela via diplomática ou armada, uma condição para seu apoio à Galtieri à presidência. Acredita-se que Galtieri e Anaya tenham decidido que, se as negociações com a Grã-Bretanha falhassem, então a marinha argentina transportaria uma força militar para ocupar as Malvinas em algum momento entre julho e outubro de 1982 (MIDDLEBROOK, 2012). Nessa altura, o navio patrulha britânico *HMS Endurance* voltava de sua atual missão de serviço no sul do Atlântico e, como a Grã-Bretanha já havia anunciado, seria aposentado e não seria substituído. Ao mesmo tempo, três ilhas disputadas no Canal Beagle, na *Tierra del Fuego*, seriam ocupados pelos chilenos. Com o fim do *HMS Endurance*, havia apenas uma pequena guarnição de fuzileiros em Stanley. Dada a diferença entre forças militares, a ação nas Ilhas Malvinas seria rápida e vitoriosa. Contudo, o grande obstáculo era a reação das Nações Unidas a esta ação militar. Galtieri e Anaya acreditavam que a Grã-Bretanha não financiaria uma grande força expedicionária para retomar o controle das Ilhas Malvinas no pior inverno do sul, aliado ao fato do grande gasto envolvido no envio desta Força-Tarefa que desequilibraria ainda mais os gastos públicos britânicos. Acreditava-se também que os Estados Unidos permaneceriam neutros no assunto (MIDDLEBROOK, 2012). Concomitantemente, o general Galtieri se beneficiaria com o aumento do apoio popular em casa e ganharia um lugar glorioso na história, sendo o herói que recuperou as Malvinas para os argentinos.

O estopim para o conflito armado foi o incidente da sucata da Geórgia do Sul, liderado por Constantino Davidoff, um comerciante argentino. Em 23 de fevereiro de 1982, Davidoff visitou a Embaixada Britânica em Buenos Aires e se ofereceu para

⁴ “In Argentina, it is not a military dictatorship that is fighting. It is the whole people, her women, her children, her old people, regardless of their political persuasion. Opponents to the regime like myself are fighting for our dignity, fighting to extricate the last vestiges of colonialism. Don't be mistaken, Europe, it is not a dictatorship that is fighting for the Malvinas, it is the whole nation”.

carregar suprimentos para a pequena estação British Antarctic Survey, em Grytviken, a vinte e cinco milhas ao redor da costa de Leith, além de oferecer também serviços médicos oriundos de sua tripulação para os cientistas britânicos na estação. A embaixada não pôde responder imediatamente a todas as perguntas de Davidoff, pois tiveram que consultar o governador Hunt em Stanley, devido a Geórgia do Sul ser dependência das Malvinas. Ao chegar a hora de Davidoff e seu grupo de operários partir, ainda não existia uma resposta de Stanley. Mesmo assim, Davidoff enviou à embaixada uma carta declarando suas intenções (desmantelamento de quatro estações baleeiras desativadas na Geórgia do Sul de propriedade do Governo britânico) e partiu em direção ao seu destino, a velha estação baleeira de Leith, no navio fretado de apoio naval *Bahia Buen Suceso*. O fretamento do *Bahia Buen Suceso* da marinha argentina não tinha nenhum propósito militar, contudo, a marinha era responsável por qualquer viagem argentina deste tipo na área antártica. Os britânicos interpretaram a ação como desafiadora à coroa, e sentiram que não podiam tolerar uma presença naval argentina em Leith. Do mesmo modo, Galtieri e Anaya acreditavam que os cidadãos argentinos não poderiam ser apreendidos por britânicos em um território que a Argentina acreditava ser seu. Assim, concordaram que seus planos de ocupação das Malvinas deveriam ser antecipados, aproveitando-se deste incidente para ocupar as Malvinas o mais rápido possível (MIDDLEBROOK, 2012).

O general Galtieri e oficiais da Junta haviam concluído que o desembarque nas Malvinas e na Geórgia do Sul não poderia falhar. Historicamente esta conclusão se comprovou correta. Contudo, após a ação militar, era necessário observar se o desencadeamento diplomático também teria o mesmo êxito. O General Galtieri e sua Junta Militar partiram de três hipóteses básicas para provar que a ação seria vitoriosa. A primeira era de que a Grã-Bretanha não tomaria nenhuma ação militar para retomar a posse das ilhas. A segunda de que os Estados Unidos da América permaneceriam neutros ao conflito e, por último, que as Nações Unidas, representando a opinião mundial em geral, não ofereceriam resistência, pois a guerra estaria pondo um fim à um antigo problema. Em relação às últimas hipóteses, soma-se também o fato de que havia a ideia de que as Ilhas Malvinas eram apenas um restolho colonial britânico. Contudo, a história demonstrou que essas três hipóteses estavam erradas.

O representante britânico nas Nações Unidas, Sir Anthony Parsons, convocou uma reunião do Conselho de Segurança no mesmo dia em que as Malvinas foram tomadas pelas forças argentinas. A resolução, que condenava os atos argentinos, foi apoiada por 10 votos a favor, 1 contra e 4 abstenções. Os Estados Unidos apoiaram a Grã-Bretanha devido à estreita proximidade diplomática entre os dois países, mesmo os EUA apoiando, na época, qualquer governo de direita que se opunha à expansão comunista. A cooperação bilateral reflete o idioma em comum, os ideais e as práticas democráticas das duas nações (US DEPARTMENT OF STATE, 2020). A Espanha, mesmo tendo ligações de herança com a Argentina, não se opôs a resolução por razões econômicas e políticas, estas ligadas à sua entrada no Mercado Comum Europeu (MIDDLEBROOK, 2012).

A hipótese básica, de que a Grã-Bretanha não tomaria nenhuma ação militar para retomar a posse das ilhas, estava errada antes mesmo do primeiro fuzileiro naval argentino colocar os pés nas Malvinas. O Governo Britânico foi alertado sobre a probabilidade de uma invasão argentina. Notícias chegaram a Londres sobre a extraordinária atividade em portos argentinos, grande movimento de unidades aéreas dentro da Argentina e de destacamentos de navios para a Geórgia do Sul (oriundos das supostas manobras navais ao largo do Uruguai). No dia 31 de março de 1982, informes de inteligência apontaram que uma grande força argentina de navios estava se aproximando das Malvinas, demonstrando que uma invasão era iminente. Uma reunião de urgência foi realizada pelo governo britânico para discutir quais seriam suas próximas ações. Devido à distância, nada poderia ser feito para deter qualquer invasão. Contudo, a marinha britânica poderia montar uma força para realizar a retomada do território disputado, que seria despachada dentro de alguns dias. Um mínimo de três semanas seria necessário para que qualquer ação pudesse ocorrer no Atlântico Sul. Isso permitiria às Nações Unidas e ao mundo a oportunidade de persuadir os argentinos a retirar-se das Malvinas pacificamente. Assim, foi planejada pelos britânicos a Operação *Corporate*, operação que criaria uma Força-Tarefa para a retomada das Ilhas Malvinas.

“A Grã-Bretanha estava indo para a guerra à sete mil e quinhentas milhas de apoio logístico, fora da área da OTAN, com praticamente nenhuma aeronave baseada em terra com a qual normalmente contamos, contra um inimigo de que sabíamos pouco, em uma parte do mundo para a qual não tínhamos plano específico

ou conceito de operações” (Sir Jeremy Moore, Comandante das Forças Terrestres britânicas).⁵

A declaração acima, retirada das notas de apresentação de serviço do Major-General Sir Jeremy Moore, Comandante britânico das Forças Terrestres, após seu retorno das Malvinas, resume as dificuldades da operação que seria realizada pelas forças britânicas. Sobre esta força, é necessário observar que ela estava sendo despachada para uso no caso de falha na tentativa diplomática de retirar os argentinos das Malvinas.

No início da guerra, a imprensa argentina apoiou o conflito, divulgando reportagens sobre o êxito argentino. Propagandas governamentais também eram veiculadas por rádio, TV e jornais, destacando que o país estava vencendo a guerra. A população se mobilizava, doava dinheiro para ajudar os soldados, escrevia cartas de apoio e tricotavam agasalhos para os combatentes (MATHEUS, 2012).

A vitória inglesa foi um dos motivos que ajudaram a aumentar a popularidade da então primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, que venceu as eleições em 1983. A derrota argentina intensificou protestos contra o regime militar. Ainda em 1983, a ditadura militar argentina chegou ao fim. Houve mudanças também para os moradores das Ilhas Malvinas, que após o conflito, em 1985, tiveram uma nova constituição aprovada pela Inglaterra, dando mais poder aos seus habitantes.

A luz da teoria construtivista, uma tese epistemológica que defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento, podemos refletir sobre a construção da tomada de decisão da liderança argentina. Segundo Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse-Kappen, a premissa construtivista é que o mundo não é predeterminado, mas construído à medida que os atores agem, ou seja, o mundo é uma construção social. De acordo com a teoria construtivista, mesmo nossas instituições mais duradoras são baseadas em entendimentos coletivos. E eles foram difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis. “Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar habilidades materiais e seu poder” (MATHEUS, 2012).

⁵ Britain was going to war ‘at the end of a seven and a half thousand miles long logistic pipeline, outside the Nato area, with virtually none of the shore-based air we normally count on, against an enemy of which we knew little, in a part of the world for which we had no specific plan or concept of operations’.

Pela ótica construtivista, as estruturas cognitivas, tanto quanto materiais, têm papel na constituição das identidades e dos interesses dos atores. Os enunciados são transformados em fatos não apenas pelo poder do discurso, mas pela conquista das redes de suporte social e recursos materiais das organizações e redes. Para Alexander Wendt, as identidades se transformam e se adaptam aos processos e às necessidades da política internacional. E elas precedem os interesses, e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença. Segundo a teoria da identidade social, há a noção de que a construção social de um inimigo (“o outro”) é parte do desenvolvimento de identidades do eu. Logo, as ameaças militares e os inimigos são construídos socialmente por fatores materiais e ideacionais.

Onuf e Kratochwill explicam o impacto das relações internacionais nos modos de raciocínio e persuasão e no comportamento guiado por regras. “Essa perspectiva muda explicitamente o foco para epistemologia não-positivista, enfatizando o ponto de que mudanças históricas de longo curso não podem ser explicadas em termos de um ou de vários fatores causais, mas através de análises de conjunturas” (MATHEUS, 2012).

Lorenz (2006) aponta que o nacionalismo propagado nas escolas argentinas foi um fator que levou ao desejo de recuperação do arquipélago. O autor cita testemunhos sobre o sentimento de aversão ao Reino Unido por parte dos estudantes argentinos anos antes da guerra, apontando que os combatentes que foram para a guerra, em 1982, são os estudantes que começaram a escola secundária em 1976, ano do golpe militar. Acrescenta também que esses soldados foram vítimas do plano dos militares para salvar o regime militar. Esses interesses nacionais são entendimentos intersubjetivos que são necessários para promover poder, influência e riqueza, necessários no processo político. “A construção social de identidades é necessariamente anterior a algumas concepções mais óbvias de interesses: um ‘nós’ deve ser estabelecido antes que seus interesses possam ser articulados” (MATHEUS, 2012). E, em algum ponto no tempo e no espaço do processo histórico, os fatos institucionais e sociais foram construídos por entendimentos coletivos do mundo físico e social, sujeitos a processos políticos de seleção e, portanto, à mudança evolutiva. Nessa visão, ela é, portanto, um processo de inovação, difusão doméstica e internacional, seleção política e institucionalização efetiva que cria um entendimento intersubjetivo no qual se baseiam os interesses, as práticas e o comportamento dos governos.

Muitos estudiosos tentam entender a fundamentação dos dois países em suas reivindicações durante a guerra. Deste modo, para que os relatos tenham valor científico, é imprescindível a imparcialidade nas construções lógicas. Contudo, observa-se que as fontes argentinas, quando consultadas, apresentam sempre construções argumentativas justificando as aspirações nacionais. O mesmo ocorre na argumentação de textos britânicos (ETCHEPAREBORDA, 1983 apud BECK, 2013).

No campo militar, as nações estão em uma situação estratégica que depende não apenas de objetos materiais ou de crenças subjetivas independentes, mas também de “entendimentos intersubjetivos dinâmicos e baseados na experiência histórica compartilhada, critérios epistêmicos, expectativas sobre uma ação adequada e, mais importante, a existência ou não de confiança mútua. A guerra é socialmente construída. E, por isso, depende da persistência de determinadas ideias coletivas sobre a inevitabilidade do conflito e que ela é desejável para a conquista de ganhos políticos, riquezas e glória.” (MATHEUS, 2012).

Pode-se argumentar que tanto a Grã-Bretanha quanto a Argentina, marcadas por crises econômicas e instabilidade política interna, buscavam uma forma, por um lado, de efetivamente distrair o público dos problemas existentes e, por outro lado, afirmar e estabilizar seu governo. (VON DE WAALS, 2020)

A obra de Verbitsky (2002) defende a teoria de que a visão da Junta Militar Argentina era de que os Sul-americanos estavam vivendo uma “Terceira Guerra”. Esta guerra estaria associada a luta ideológica na América do Sul contra o comunismo, e, segundo o ponto de vista do general Galtieri, seria vencida com a aliança entre Argentina e Estados Unidos. Como forma de exemplificar esta aproximação entre a Argentina e os EUA, podemos citar a ação contra movimentos comunistas na América Central realizada pelos dois países. Para levar essa intervenção adiante, foi celebrado pacto que deu à Argentina provisão de inteligência estadunidense para impedir que a ajuda cubana chegasse aos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala via Nicarágua (MATHEUS, 2012). Nessa conjuntura, Verbitsky (2002) afirma:

“Os argentinos já atuavam em toda a região. Na Guatemala, país onde um acordo secreto foi assinado em outubro de 1981, um prisioneiro fugiu de um quartel e disse ter sido interrogado por argentinos. O Coronel Quinteros chefiava a missão em El Salvador,

e era composta por oficiais dos três braços com participação ativa em Tucumán, Campo de Mayo e ESMA. Na Nicarágua, a irmã do chefe contra-revolucionário Steadman Fagoth Muller trabalhava como secretária da embaixada argentina, e o próprio Fagoth sofreu um acidente de aviação quando voava com soldados argentinos e hondurenhos.” (VERBITSKY, 2002) ⁶

Nesse sentido, as alianças e as relações amigáveis entre os dois países fizeram com que o presidente Galtieri, quando voltou dos Estados Unidos de uma das reuniões acerca da América Central, estivesse convencido do apoio estadunidense ao seu país (VERBITSKY, 2002).

Internamente, a Junta Militar argentina tinha sérios problemas, como crise econômica, social e, conseqüentemente, política. Nessa situação, os militares também contaram com o nacionalismo que estimulou nos argentinos, para poderem recuperar as ilhas e salvar o regime de sucumbir. Portanto, a Junta Militar argentina analisou suas estratégias e pesou os prós e os contras. Os militares erraram ao pensar que Margareth Thatcher não responderia à ação militar argentina por ser logisticamente difícil travar uma guerra no Atlântico Sul, aliado a situação política e econômica que a primeira-ministra se encontrava. Erraram também ao imaginar que teriam o apoio americano, que além de ser membro da OEA também tinha alianças com o governo argentino. Erraram por pensar que a OEA fosse mais importante que a OTAN para os EUA e, conseqüentemente, que este deixaria de lado sua principal aliada europeia nos marcos da Guerra Fria. Por fim, erraram outra vez por acreditar como certa a solidariedade interamericana dos EUA. Em suma, a guerra não era para os militares somente uma forma de salvar o regime militar ou ganhar prestígio frente aos problemas internos da Argentina. O ditador militar pensava ser este o momento oportuno, ideal, para retomar um território que o povo acreditava ser argentino.

O governo argentino de 1982 tinha como parte significativa de seu apoio um elevado sentido de patriotismo, onde a questão das Malvinas ocupava lugar de destaque nesta estrutura ideológica. Devido à crise econômica vivida pelos

⁶ “Los argentinos ya estaban actuando en toda la región. En Guatemala, país con el que en octubre de 1981 se había firmado un convenio secreto, un preso fugado de un cuartel dijo que había sido interrogado por argentinos. En El Salvador dirigía la misión un coronel Quinteros, y la integraban oficiales de las tres armas con activa participación en Tucumán, Campo de Mayo y La ESMA. En Nicaragua la hermana del jefe contrarrevolucionario Steadman Fagoth Muller trabajaba como secretaria de la embajada argentina, y el propio Fagoth sufrió un accidente de aviación cuando volaba con militares argentinos y hondureños.”

argentinos na década de 80, Galtieri acreditou ser aquele o momento de recuperar as Ilhas Malvinas, com o objetivo de recuperar o crédito perdido entre os setores sociais sensíveis a este discurso patriótico. Essa decisão se baseou em três características militares que, a princípio, pareciam certas. A primeira era de que a guarnição britânica nas ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul era reduzida, e a distância em relação à metrópole impedia a chegada de reforços a tempo. A segunda é de que a capacidade de guerra anfíbia do Reino Unido a meio mundo de distância não parecia estar à altura destas circunstâncias, apesar do seu grande poderio aeronaval. Por último, não parecia provável que o Reino Unido realizasse um contra-ataque em grande escala, afetando o território continental argentino por uma questão colonial sobre algumas ilhas remotas.

Contudo, a Junta Militar argentina não avaliou alguns elementos geopolíticos e diplomáticos na tomada de decisão de invasão às ilhas. O primeiro deles era de que existiam numerosos conflitos fronteiriços no mundo. No contexto da Guerra Fria, não era provável que a comunidade internacional visse com bons olhos a solução violenta de um deles, pois isso poderia legitimar e, mesmo, desencadear várias guerras regionais nos cinco continentes. Ainda no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos davam mais importância à OTAN, concebida diretamente para deter a URSS, que ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), orientado para conter o comunismo na América Latina e percebido como de interesse secundário por Washington. Neste mesmo contexto, é necessário lembrar que o Reino Unido era e é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e apresenta voto com direito a veto. Os militares argentinos subestimaram também as relações entre os Estados Unidos e o Reino Unido que transcendem o marco da OTAN. É necessário apontar também que uma ditadura de direita não poderia esperar apoio da URSS ou de países por ela influenciados; não poderia esperar apoio da maior parte das democracias ocidentais, pois as graves violações dos Direitos Humanos cometidas pela Junta Militar argentina já eram de domínio generalizado da opinião pública. A Junta subestimou também a importância que tem para a credibilidade do Reino Unido a manutenção dos territórios coloniais da Comunidade Britânica das Nações (Commonwealth) e, principalmente, a habilidade militar britânica, que por vários séculos foi a Armada mais poderosa do mundo. Outro fator de grande importância desprezado pelo governo argentino era de que 1982 era um ano eleitoral no Reino Unido. Neste contexto, a proximidade dos

comícios impediria que um fato humilhante, como a perda de território para uma nação economicamente inferior, fosse resolvido por meio de negociações. Numa pesquisa realizada a poucos dias do início da guerra, 28% da população britânica declarou que a questão das Malvinas ia ser o seu elemento fundamental de decisão de voto (DUNCAN, 2002).

Portanto, com esta análise equivocada, o governo argentino articulou um plano para a recuperação militar dos três arquipélagos em disputa, chamado de Operação Rosário, desencadeado no ano de 1982 e que se tornaria um fracasso para a Argentina e um ponto de inflexão para o governo da Primeira-Ministra Margareth Thatcher.

6 CONCLUSÃO

A guerra das Malvinas foi capaz de distrair, tanto os argentinos quanto os britânicos, de seus problemas internos. As dificuldades enfrentadas pelo governo britânico formavam terreno fértil para que os líderes argentinos se aproveitassem da situação. Deste modo, a hipótese levantada no início do trabalho, na qual o general Galtieri, buscando resgatar a imagem de seu governo, decidiu que a forma mais eficiente de alcançar este objetivo era através de uma ação militar, foi confirmada. Esta ação resultaria, segundo o líder argentino, em um aumento do nacionalismo argentino e estimularia o orgulho nacional, de modo a retirar de foco a grave crise econômica que marcava seu governo, abrindo caminho para consolidação de seu poder. As motivações que acarretarão nesta decisão foram avaliadas pela ótica construtivista e pela ótica do conceito de Interesse Nacional, conforme MONETA (1984). Uma das principais motivações foi analisada segundo a teoria construtivista, na qual as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo. É a ideia difundida entre a nação que permite um consenso da coletividade, mesmo que temporário. As ideias sobre a soberania argentina em relação às Ilhas Malvinas e a necessidade da guerra foram legitimados historicamente. Assim, para os argentinos, a soberania argentina existe não apenas como forma de discurso, mas está enraizada no coletivo argentino. Dessa maneira, a motivação instigada pelo governo de Galtieri virou uma causa, explicando o motivo da sociedade argentina, que se opunha ao governo, a apoiá-lo em relação à guerra. A construção social da identidade vem antes das decisões políticas. Nesse caso, o discurso político aproveitou-se dessa identidade construída para obter o apoio da população.

Outras motivações também foram confirmadas. Medidas de descomissionamento de unidades da Royal Navy contribuíram neste cenário, fortalecendo a percepção da Argentina sobre a queda de capacidade e a falta de interesse britânico sobre as ilhas. A proximidade diplomática da Argentina com os EUA, em especial sua política externa na América Latina, motivou os argentinos a acreditarem que os americanos atuariam com imparcialidade em uma eventual crise argentino-britânica, apoiando as ações argentinas. Analisando o cenário político e

econômico britânico, acreditou-se ser o momento ideal para uma abordagem mais ofensiva sobre as Malvinas, desacreditando, do ponto de vista argentino, que a Primeira-ministra britânica empregaria a força militar para a retomada das Ilhas.

Para o Reino Unido, a guerra culminou na ampliação da consciência nacional e aumento da popularidade da Primeira-ministra Margaret Thatcher, garantindo sua reeleição e tornando-se um símbolo de prestígio para o seu governo. Para a Argentina, a guerra terminou em derrota vergonhosa, contribuindo para o processo de democratização que acabou com a ditadura militar.

A questão da soberania, contudo, ainda não foi resolvida. Mesmo depois de trinta e nove anos do fim da Guerra das Malvinas, nenhum acordo definitivo foi realizado. As Ilhas Malvinas continuam sendo objetivo nacional permanente e irrenunciável da Argentina, e essa questão permanece impregnada no coletivo de seu povo, na qual o ressentimento histórico continua a manter o arquipélago como uma área sensível a ser reincorporada ao território pátrio.

7 BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

AZAMBUJA, Péricles. Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado. EDUCS, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1988.

BARROS, ANA PAULA ALVES. "Contexto nacional e internacional argentino: rumo às Malvinas em 1982." XXVI Simpósio Nacional de história 1 (2011).

BECK, Ana Carolina Wentzel. Malvinas, uma disputa bicentenária: razões que levam a perpetuação do conflito. (Monografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BOCHICCHIO, Ana Laura. Guerra Fría e intervención estadounidense en Malvinas (1982). 2021.

DE PAULO PEREIRA, Rafhael. FALKLANDS OU MALVINAS, O ARQUIPÉLAGO DA DISCÓRDIA.

DESTÉFANI, Laurio Hedelvio. Las Malvinas en la época hispana. Buenos Aires: Corregidor, 1981

DE CAMARGO, Felipe Rodrigues. A disputa pela soberania das ilhas Falklands/Malvinas. Revista de Geopolítica, v. 5, n. 2, p. 67-78, 2016.

DICTIONARY OF FALKLANDS BIOGRAPHY. Página inicial. Disponível em: <<https://falklandsbiographies.org/home>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

DUARTE, Paulo de Queiroz. O Conflito das Malvinas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986

DUNCAN, Anderson. The Falklands War 1982. 2002.

EDDY, Paul; LINKLATER, Magnus; GILLMAN, Peter. War in the Falklands: The full story. Harper & Row Publishers, Incorporated, 1982.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. La Cuestión Malvinas en Perspectiva Histórica (Historia dela controversia desde el siglo XVI hasta nuestros días). Revista de Historia de América. Jul. - Dic.,1983.

FALKLAND ISLAND GOVERNMENT. Página inicial. Disponível em: <<https://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/>>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

FALKLANDS GOVERNMENT. Our Island, Our History. Disponível em: <https://www.falklands.gov.fk/assets/OurIslandsOurHistory.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.

FREEDMAN, Lawrence. The official history of the Falklands Campaign, Volume 2: War and diplomacy. Routledge, 2004.

FRIEDMAN, M. Liberdade de escolher. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

GAMBLE, Andrew. The free economy and the strong state: The politics of Thatcherism. Macmillan International Higher Education, 1994.

GARFINKEL, B. Margaret Thatcher. São Paulo: Abril Cultural, 1987

GUERRA DAS MALVINAS. Em: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_das_Malvinas&oldid=62088939>. Acesso em: 10 jun. 2021.

INFORME FINAL RATTENBACH – Junta Militar. Recuperado de: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/25773-informe-rattenbach>>

LIMA, R. - Guerra das Malvinas: a disputa entre Argentina e Reino Unido. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/guerra-das-malvinas/>>. Publicado em 2 de outubro de 2019

LORENZ, Federico. Las guerras por Malvinas. Buenos Aires: Edhasa, 2006

MATHEUS, TATIANE. A construção de uma guerra: Malvinas-Falklands. 2012 Correio da Manhã. Inglês defende ilhas Falkland. 2/10/1966. Jornal do Brasil. Soberania e colonialismo. José Honório Rodrigues. 25/4/1982 Malvinense. La historia de las islas Malvinas - <http://www.malvinense.com.ar/>

MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. A guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP, 2004, mimeo.

MIDDLEBROOK, Martin. The Falklands War. Casemate Publishers, 2012.

MONETA, Carlos J. The Malvinas Conflict: Some Elements for an Analysis of the Argentine Military Regime's Decision-Making Process, 1976-82. Millennium, v. 13, n. 3, p. 311-324, 1984.

NETO, Tomaz Espósito. A Política Externa Brasileira Frente ao Conflito da Falklands/Malvinas (1982). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

PROLA, Gabriel Sobolewski. A disputa pela soberania das Ilhas Falkland (Malvinas) na perspectiva do direito internacional público. 2013.

ROQUE, Leandro. Cambalache: A história do colapso econômico da Argentina. Artigo publicado, em abril de, 2013.< <https://rothbardbrasil.com/cambalache-a-historia-do-colapso-economico-da-argentina/> >

UNITED KINGDOM - House of Commons. Motion of censure and votes of no confidence. <http://archive.ipu.org/parline-e/reports/CtrlParlementaire/2335_F1.htm>

US DEPARTMENT OF STATE. U.S. Relations With United Kingdom, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-united-kingdom/>>

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri; HENTZ, Luiz Antônio Soares. Islas Malvinas versus Falkland Islands: O arquipélago da Discórdia. Revista de Informação Legislativa, nº 198. Brasília: Senado Federal, 2013.

VON DE WAALS, PETER; La Guerra de las Malvinas. : ¿Una guerra sin fin? Un análisis histórico, 2020.

VERBITSKY, Horacio. Malvinas: la última batalla de la Tercera Guerra Mundial. Sudamericana, 2002.